

DÍVIDA: QUADRO COMPLICADO.

O presidente do Banco Central não desmente a possibilidade da centralização cambial

"Tudo é possível e nada é inevitável", disse ontem o presidente do Banco Central, Francisco Górs, a propósito da possibilidade de o governo adotar a centralização cambial, que imporia rígido controle à remessa de moedas ao Exterior. Após almoçar com o ministro Dilson Funaro, da Fazenda, Górs pediu uma "trégua" à imprensa, para que possa inteirar-se melhor da situação.

"Quanto mais a gente fala, mais expectativas são geradas", afirmou, antes de entrar em seu carro e concluir o rápido contato com os repórteres em Brasília.

No Ministério da Fazenda, a possibili-

dade da centralização cambial já é discutida reservadamente, apesar de técnicos e assessores e o próprio Funaro afirmarem que a medida não precisará ser adotada. O secretário do Tesouro Nacional, Andréa Calabi, disse ontem que não acha necessária a centralização do câmbio, apesar de o superávit da balança comercial de janeiro ter atingido apenas US\$ 100 milhões, no quarto resultado sofrível consecutivo.

Para Calabi, os resultados positivos apresentados pelo movimento de fechamento de contratos de câmbio nos últimos 40 dias indicam uma recuperação das exporta-

cões a partir de fevereiro. Acrescentou que, além da crise da balança comercial, historicamente os três primeiros meses do ano apresentam um desempenho fraco nas exportações. Calabi disse que o governo tem reservas cambiais suficientes para "aguentar" a recuperação da balança comercial.

A centralização já foi adotada em 1982, na gestão de Delfim Neto à frente do Ministério do Planejamento. No pior estrangulamento cambial da história brasileira, o Banco Central impôs um controle rígido sobre as remessas de moedas estrangeiras ao Exterior.

Se vier a ser adotada novamente, a centralização também deverá seguir os mesmos caminhos: o Banco Central estabeleceria uma lista de prioridades para remessa de moedas estrangeiras. Esta lista seria encabeçada pelo pagamento das importações de petróleo e de outros bens essenciais ao funcionamento da economia. Nos seus itens finais, estariam relacionadas remessas menos importantes, como as feitas para estudantes no Exterior.

As remessas de lucros de empresas multinacionais ficariam numa posição intermediária nesta lista.



Delfim: o perigo das minidesvalorizações que podem chegar a 30% ao mês.

O cruzado poderá sofrer uma maxidesvalorização mensal de 30% se o governo mantiver a correção cambial desatrelada da inflação, promovendo mínis diárias em torno de 1%. Se isso, por um lado, estimula as exportações, por outro produz inevitável efeito inflacionário.

Foi o que afirmou ontem o deputado constituinte Delfim Neto, ex-ministro do Planejamento, que observou que dia 2 o cruzado foi desvalorizado 0,57%, mantendo a taxa média dos dias anteriores. Dos dias 3 a 6 o reajuste cambial diário elevou-se para 0,76% para, no dia 9, ampliar-se para 0,82%, já manifestando a nova tendência. No dia 10

a desvalorização alcançou 0,85%, no dia 11, 1%, no dia 12, 0,99% e no dia 13, 1,01%.

Com a experiência de quem promoveu duas maxidesvalorizações durante sua atuação como ministro do Planejamento, uma em dezembro de 1979 e outra em fevereiro de 1982, com o propósito de estimular as exportações no âmbito do programa de ajuste da economia ao segundo choque do petróleo, o que acabou gerando um superávit comercial recorde de US\$ 13,4 bilhões em 1985, Delfim não desconhece os efeitos inflacionários de uma máxi, expressos também na expansão das taxas de inflação ocorrida no mesmo período, quando a anua-

lizada assumiu o patamar de 100% ao ano, dobrando para 200% em 1984 e 1985.

Em consequência, ele adverte que, se uma mais realista correção cambial resultar em estímulo efetivo às exportações, a ponto de reverter o acanhado desempenho da balança comercial, o governo precisa estar pronto para as repercussões inflacionárias da medida, especialmente agora, quando promete à sociedade que, a partir de abril, os índices de preços declinarão de forma consistente.

Na área governamental a correção cambial acelerada a partir da semana passada teve outra interpretação: trata-se de provi-

dência destinada a garantir uma variação do câmbio identica à da inflação, para que seja mantida a paridade definida no final do mês passado pelo Banco Central.

O mesmo — segundo a análise dos técnicos do governo — aconteceu em relação às letras do Banco Central que sinalizam a taxa de juros: os reajustes para assegurar um alinhamento entre a variação das LBC e da inflação obrigaram o Banco Central a oferecer remuneração a esses títulos, durante quase toda a semana, acima de 30%, de tal forma a dar uma rentabilidade de 16,5%.